







CRISE DO CUIDADO: REPERCUSSÕES DA PANDEMIA NA SITUAÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS E NAS EXPERIÊNCIAS DE BEBÊS E CRIANÇAS NA BAHIA - BRASIL

Care Crisis: pandemic repercussions on the social situation of families and babies and children experiences in Bahia – Brazil

Elenice de Brito Teixeira **SILVA**
Departamento de Educação Campus XII
Universidade do Estado da Bahia
Bahia, Brasil
elenteixeira@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0001-8145-6664> 

Eugênia da Silva **PEREIRA**
Departamento de Educação Campus XII
Universidade do Estado da Bahia
Bahia, Brasil
eniagbi@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-8867-9481> 

Larissa Monique de Souza Almeida **RIBEIRO**
Departamento de Ciências Humanas e Letras Campus
Jequié
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Bahia, Brasil
larymonik2@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-6646-9405> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

Este artigo analisa as repercussões da pandemia de COVID-19 nas condições de vida de famílias de bebês e crianças da Educação Infantil em territórios baianos. O estudo realizado por meio da análise das ações e mobilizações no âmbito da política de Educação Infantil, narrativas das crianças, questionários e entrevistas com famílias, abrange dimensões que possibilitam pensar mudanças nas condições familiares e seus impactos nas experiências das crianças: a situação socioeconômica, a configuração das rotinas e práticas de cuidado em casa e a natureza das atividades realizadas com as crianças. Conclui-se que a pandemia representa uma crise do cuidado das crianças. Esta crise é um risco ao desenvolvimento cultural humano frente às políticas fragmentadas entre as áreas da educação, assistência social, cultural, jurídica e de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Infância. Educação Infantil. Pandemia. COVID-19. Cuidado.

ABSTRACT

This article analyzes the repercussion of the COVID-19 pandemic in the living conditions of families with babies and children of Early Childhood Education in Bahian territories. The study carried through the analysis of actions and mobilizations within the scope of the Early Childhood Education policy, children's narratives, questionnaires and interviews with families, covers dimensions that make it possible to think about changes in family conditions and their impacts on children's experiences: the socioeconomic situation, the configuration of home care routines and practices and the nature of the activities carried out with the children. We conclude that the pandemic represents a crisis in the care of children. This crisis is a risk to human cultural development in the face of fragmented policies between the areas of education, social, cultural, legal and health care.

KEYWORDS: Childhood. Early Childhood Education. Pandemic. COVID-19. Care.

O MUNDO AO AVESSE: PALAVRAS INTRODUTÓRIAS

Caminhar é um perigo e respirar é uma façanha nas grandes cidades do mundo ao avesso. Quem não é prisioneiro da necessidade é prisioneiro do medo [...] (GALEANO, 2013, p. 7-8).

Ninguém esperava que 2020 seria um ano marcado pelo distanciamento social e por uma luta visível e invisível para controlar a contaminação da população pelo vírus SARS-COV-2, responsável pela doença COVID-19. Algumas das recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) foram as medidas de restrição de mobilidade e o fechamento de estabelecimentos, dentre eles, a escola. Em uma linha do tempo, temos já em dezembro de 2019, a OMS anunciando os primeiros casos dessa doença na província de Wuhan-China, e, um mês depois, houve a declaração de emergência em todos os continentes. Desde então, muitas angústias provenientes das questões provocadas por essa doença misteriosa e avassaladora afetaram as diversas dimensões sociais. As áreas que constituem a dinâmica da vida coletiva precisaram repensar suas maneiras de continuar promovendo ações de alcance à população.

Entre o conjunto de medidas, houve publicação de decretos relativos à suspensão de aulas, e o Ministério da Educação (MEC) no Brasil, por meio da portaria nº 343/2020, fez orientações sobre a substituição das aulas presenciais por aulas com suportes digitais durante a pandemia. Esse contexto provoca inúmeros impactos decorrentes da suspensão das atividades presenciais nas instituições de Educação Infantil e nos convoca a dialogar sobre as experiências das crianças e suas famílias.

A partir de uma abordagem histórica e cultural, compreendemos que somos seres constituídos na vida social, ou seja, na relação com o Outro e nas interações, por meio de relações afetivas. Nessas interações, o contexto cultural e o suporte simbólico nos permitem apropriar das culturas e linguagens e desenvolver como um humano singular nessas culturas. Essa ontologia constitui o humano intersubjetivamente e institui uma alteridade que resulta na fundamentação de uma ética do cuidado que instaura a vida coletiva, a atenção e zelo pelo Outro, pela vida humana, como defende Boff (2014). Portanto, é pela ética do cuidado, que também é uma ética amorosa (FREIRE, 1996; HOOKS, 2020), que se justifica práticas integradas de cuidado e educação para fazer frente às desigualdades sociais que assolam a vida das crianças, sobretudo durante a pandemia.

Entre as rupturas que se sucederam à suspensão das atividades presenciais nas instituições de Educação Infantil entre 2020 e 2021, destacam-se as que ocorreram com os vínculos sociais e afetivos em um contexto alargado e coletivo, com relações sociais de amizade, com o acesso a bens culturais diversos, com o acesso a uma rede de proteção e seguridade social. Enfim, com a ruptura de acesso e permanência em contextos sociais de desenvolvimento que vinham se firmando como lugares dos bebês e crianças, construídos para eles e elas.

Vivemos tempos em que se estabeleceram outras geografias do medo e o fato de que as crianças estão em casa não garante sua segurança e proteção. Tememos pelas que têm casa e pelas que não as têm. Tememos os que deveriam protegê-las, inclusive os tutelados pelo Estado. A cultura do medo e da morte colonizou nossas conversas. Como antecipou Mia Couto (2013, p. 30), vivemos em “permanente situação de emergência”, na qual nossos corpos têm sido o principal muro que aprisiona diante de uma política de ameaça às liberdades, de invasão de nossa privacidade, de negação da ciência e da suspensão da racionalidade.

É nesses tempos que a rotineira caminhada e a brincadeira na rua, que constituíam as memórias de tantas crianças residentes nas cidades do interior, tornou-se um perigo. As crianças e as famílias tornam-se prisioneiras do *medo* ou do *tédio* dentro e fora de suas casas. Temor pelo vírus, pela doença, mas também, medo da ameaça do desemprego, da fome e da miséria que se aproximam. Galeano (2013) nos convida a refletir sobre as desigualdades sociais e a vida das crianças privadas de liberdade, de escola e de condições de bem-estar neste *mundo ao avesso*. Nos convida a pensar na *escola do mundo ao avesso*, em que vimos avançar a defesa armamentista e a um esquecimento coletivo do passado. Pensar nessa escola do mundo de *pernas pro ar* onde nosso próximo é visto como ameaça e nos consolamos com “amigos cibernéticos”; em que o “medo global” da solidão e das multidões parece nos conduzir ao conformismo. Na visão de Galeano (2013) é preciso olhar o avesso desse mundo que está aí, construir contra narrativas e uma *contraescola*. Nessa perspectiva, nos perguntamos se o avesso dessa escola é possível frente ao processo acelerado de *algoritmização da vida* (RUIZ, 2021), um processo que instrumentaliza e padroniza cada dia mais as ações humanas e que, durante a pandemia, tem avançado em direção aos mais jovens cidadãos e cidadãs do mundo, como os bebês e as crianças, inclusive pela via da escola.

Nos últimos dois anos, as instituições de Educação Infantil se viram nas encruzilhadas postas pelo distanciamento social: desenvolver práticas de cuidado e

educação sem presença física como um imperativo de proteção da saúde e, ao mesmo tempo, defender princípios fundantes da área, como a ética da alteridade, a pedagogia do contato, da escuta, da convivência e do compartilhamento de experiências; criar e fortalecer vínculos sem interações com sorrisos, balbucios, gestos expressivos e outras linguagens corporais; e chegar aos bebês e às crianças por meio das tecnologias digitais e protegê-las das armadilhas do uso de um ambiente aberto que exige autonomia. Foram muitas as mobilizações e articulações para se entender que Educação Infantil é esta e que compartilhamento de cuidados é este que não poderia acontecer no interior das instituições antes do avanço da vacinação.

Para pesquisadoras e pesquisadores da área de Infância e Educação Infantil, este contexto social e político também foi de reordenamento das questões e dispositivos de pesquisa. As crianças passaram a ficar em casa e outra ordem social foi instituída em torno das práticas de educação e cuidados coletivos. Que ordem é esta que voltou a centralizar essas práticas no ambiente doméstico e privado após intensas lutas de movimentos feministas pelo apoio do Estado? Que impactos essa reorganização trouxe para as famílias? Como a situação das famílias circunscreve as experiências das crianças? Estas questões guiaram a pesquisa do Observatório da Infância e Educação Infantil (ObEI) da Universidade do Estado da Bahia realizada com crianças e famílias de 37 municípios dos territórios Sertão Produtivo e Velho Chico, no interior da Bahia.

A partir destas questões, pretende-se discutir neste texto, algumas repercussões da pandemia de COVID-19 nas condições de vida de famílias de bebês e crianças da Educação Infantil em territórios baianos a partir de algumas dimensões: a) mudanças nas condições familiares e na situação socioeconômica; b) a configuração das rotinas e práticas de cuidado em casa; c) a natureza das atividades realizadas com as crianças; d) e os impactos dessas mudanças nas experiências sociais das crianças.

O contexto da pesquisa

O Observatório da Infância e da Educação Infantil (ObEI) é um projeto da Universidade do Estado da Bahia - UNEB que integra os Campi de Guanambi, Brumado, Caetité e Bom Jesus da Lapa, Bahia - Brasil. Ele foi instituído pela inquietação de pesquisadoras da área com a finalidade de acompanhar as políticas de atendimento educacional aos bebês e crianças nos territórios de abrangência desses departamentos,

a saber os Territórios do Sertão Produtivo e Velho Chico¹. O Observatório tem como objetivos realizar estudos e pesquisas que possam gerar e disponibilizar indicadores sobre a situação da infância nos dois territórios; promover debates e formação de educadores sociais e profissionais da Educação Infantil; acompanhar as políticas territoriais de currículo e avaliação da Educação Infantil; construir frente ampla de defesa dos direitos dos bebês e crianças à Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade; agregar pesquisadores de diferentes áreas no esforço de compreender a condição dos bebês, das crianças e suas infâncias em nossos territórios (TEIXEIRA; SILVA; PEREIRA; AMORIM; AMORIM; PRADO; RIBEIRO; CASTRO, 2020). Essas demandas quando contextualizadas com este momento de pandemia, intensificaram-se e muitas indagações surgiram: como compreender a Educação Infantil em tempos de pandemia? O que fazer diante do cenário de fechamento dos espaços físicos das instituições? O que fazer quando muitos adultos da família perderam seus empregos e estão com os bebês e crianças também em casa? Que profissão é essa, a de professor (a) da Educação Infantil, em um contexto como esse?

No panorama das ações do Observatório, entre julho e outubro de 2020 foi desenvolvida a pesquisa "Infâncias no contexto da Pandemia: experiências das crianças e suas famílias" com o objetivo de realizar um levantamento da situação dos bebês, das crianças e suas famílias para compreender os impactos nas experiências das crianças (0 a 5 anos) dos municípios do Sertão Produtivo e Velho Chico. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNEB e envolveu escuta das crianças, questionários com Secretarias e Conselhos Municipais de Educação, famílias e docentes, além de entrevistas com famílias. Portanto, o estudo foi realizado em quatro fases: Fase 1 - escuta das crianças; Fase 2 - questionário/entrevistas com famílias; Fase 3 - questionário com membros de Conselhos e Secretarias Municipais de Educação; e Fase 4 - questionário com docentes da Educação Infantil.

Na fase 2, que é o foco da escrita deste artigo, a pesquisa foi realizada com as famílias dos municípios que compõem os territórios do Sertão Produtivo e Velho Chico do estado da Bahia em duas etapas: questionário e entrevista. O critério para responder os questionários foi que as famílias tivessem crianças entre 0 e 5 anos de idade matriculadas na Educação Infantil da rede pública ou privada nesses territórios. Para

¹ O estado da Bahia é constituído por 27 territórios de identidade e a atuação do ObEI em dois desses territórios se justifica pela composição do grupo de pesquisadoras que atuam nos 4 Departamentos (Guanambi, Brumado, Caetitê e Bom Jesus da Lapa) da Universidade do Estado da Bahia que estão nos dois territórios. Os territórios do Sertão Produtivo e Velho Chico integram municípios das regiões sudoeste e oeste do Estado, respectivamente.

isso, foi construído um questionário no *Google Forms* e disponibilizado em *WhatsApp*, e-mails e redes sociais, com algumas questões sobre o perfil socioeconômico das famílias, as mudanças na rotina e na condição familiar e os impactos na vida educacional das crianças, que pudessem direcionar nossa compreensão sobre tais mudanças. Para abranger os 37 municípios, o questionário com 23 questões estruturadas, contou com a divulgação nas redes sociais e mídias locais, além do apoio institucional de algumas Secretarias de Educação. Após os questionários, foram realizadas entrevistas com cinco famílias de diferentes cidades/comunidades que compuseram a pesquisa. Foram recebidos 530 questionários, sendo que desses, 522 foram considerados válidos para análise.

Quanto à estruturação do questionário, este foi organizado em quatro blocos: o primeiro bloco buscou traçar um perfil socioeconômico das crianças e suas famílias. As questões, nesse sentido, tinham relação com o lugar onde reside, quantidade de pessoas na casa, quantidade de crianças, tipo de instituição que frequentam, raça/etnia, caracterização da casa, renda familiar e vínculo com programas assistenciais. O segundo bloco de questões atendia ao objetivo específico de identificar mudanças gerais nas condições de emprego das famílias e cuidado com as crianças em casa. O terceiro bloco destacava as condições de acesso à Internet; e o quarto, sobre as principais preocupações da família nesse período de pandemia. Nesse quarto bloco, as opções incluíam alimentação, emprego e saúde. No quinto bloco, a ênfase das perguntas esteve nas atividades realizadas com as crianças nesse período. E o sexto e último bloco, na relação com as famílias, o funcionamento não presencial e a questão do retorno presencial.

Os dados gerados por meio do questionário foram analisados através do software SPSS 21.0 (*Statistical Package for the Social Science*) que calculou frequências absolutas e relativas para as variáveis, além de associações entre elas. E, após a organização estatística desses dados, foi feita uma análise interpretativa do material empírico e o aprofundamento de alguns pontos com entrevistas com famílias, por meio do envio de perguntas por aplicativo de troca de mensagens.

Para discutir as repercussões da pandemia nas condições de vida das famílias e nas experiências dos bebês e crianças, estabelecemos um diálogo com todo o material gerado pelo estudo, como a estruturação da política de Educação Infantil nos municípios e as narrativas geradas durante a participação nos projetos do Observatório, como um programa quinzenal de rádio denominado *Educação Infantil em pauta*, uma seção na rede social semanal intitulada *Criança em casa* e uma exposição fotográfica virtual A

casa acordada. O encaminhamento das perguntas, relatos e fotografias tiradas pelas crianças dos seus espaços de brincar em casa foi feito pelas famílias e contou com a colaboração de professores e professoras nos dois territórios.

No tempo do medo, a pobreza, o desemprego e uma Educação Infantil ao avesso

A sombra do medo morde os calcanhares do mundo [...]. Medo de perder: perder o trabalho, perder o dinheiro, perder a comida, perder a casa, perder (GALEANO, 2013, p. 169).

O discurso propagado logo no início da pandemia foi o de que estávamos todos e todas no mesmo barco, pois o vírus atinge as pessoas, independente de classe social. Todavia, ao olhar os dados sobre as vítimas² da COVID-19 no Brasil e as condições de enfrentamento dessa crise humanitária, fica explícito que nunca estivemos no mesmo barco. Muitos puderam ou ainda podem ficar em casa e compartilhar nas redes sociais a campanha “fique em casa”, com o *delivery* de alimentos disponível a qualquer hora do dia ou da noite. Para a maioria dos brasileiros e das brasileiras, entretanto, foi e é preciso sair para trabalhar e assumir os riscos de contaminação, diariamente, para não morrer de fome. Diante desse cenário, muitas preocupações e indagações começaram a orientar as pesquisas de estudiosos e militantes da infância: e como ficam os bebês e as crianças nesse mar de ondas agitadas? Onde eles e elas estão? Em quais condições estão (con) vivendo? Quem tem olhado para a vida das crianças sem casa? Quem são estas famílias usuárias dos serviços de cuidado e educação oferecidos em instituições de Educação Infantil?

Sobre esta última questão, identificamos que são famílias trabalhadoras que se encontram em situação de pobreza e dependência maior dos serviços do Estado. São cerca de 70% de famílias que integram a população negra nos territórios Sertão Produtivo e Velho Chico, quando somada a maioria que se autodeclara parda. Há ainda, em menor número, famílias indígenas, sendo que o percentual das famílias que se declaram brancas coincide com os indicadores de famílias que têm crianças matriculadas em instituições privadas. Quando relacionamos essa porcentagem com mais de 70% que vivem com renda igual ou inferior a um salário mínimo, e com 89,3% das famílias que sinalizaram a creche ou pré-escola pública como instituição que os

² Há vários registros de que a maioria das vítimas da covid-19 são pobres, pardas, pretas, conforme dados do SUS. Disponível em: <https://epoca.globo.com/sociedade/dados-do-sus-revelam-vitima-padrao-de-covid-19-no-brasil-homem-pobre-negro-24513414>

filhos e as filhas estão matriculados, percebemos que esse resultado não difere da maioria das pesquisas realizadas no Brasil. São pesquisas que apontam que as crianças e bebês atendidas em creches e instituições públicas são majoritariamente pobres e pretas (GOMES, 2019), sobretudo na região Nordeste (ROSEMBERG, 1996).

Macedo (2020), ao discutir sobre o aprofundamento das desigualdades sociais neste contexto pandêmico, destaca que as crianças estão com suas vidas ameaçadas pelo vírus, pela exposição à violência, bem como pela condição de vida de suas famílias, pois os efeitos do desemprego e precarização do trabalho têm se agravado. Esse é também o panorama das famílias participantes da pesquisa nos territórios Sertão Produtivo e Velho Chico na Bahia, pois 38,5% perderam seus empregos ainda em 2020 e 43% precisaram continuar saindo de casa para trabalhar. Ou seja, as famílias não vivem as mesmas condições sociais para enfrentar a pandemia. Além disso, entre as famílias que estão em trabalho remoto, nem todas têm espaço físico adequado para realizar, simultaneamente, cuidado e educação das crianças, organização da casa e das tarefas domésticas e desenvolvimento das atividades profissionais.

A situação de moradia das famílias sertanejas desses municípios baianos durante a pandemia é construída majoritariamente em contextos de maior índice de compartilhamento de espaços, em casas muitas vezes alugadas, cedidas ou financiadas, como apontam os dados da pesquisa. Cerca de 28% das famílias ainda não possuem residência própria, sendo que quase 5% das famílias vivem em casas com menos de 3 cômodos e 39,5% destas dividem 4 cômodos entre uma média de 3 pessoas, incluindo as crianças.

Considerando que a maioria dos municípios dos dois territórios pesquisados são cidades em que o rural e o urbano se fundem e que há uma relação econômica e cultural nos modos de viver, pode-se afirmar que 23% das famílias respondentes vivem no campo, entre comunidades indígenas, vilas e distritos rurais (22,3%), comunidades quilombolas (1,0%) e projetos de assentamento de reforma agrária (0,4%). Isso sinaliza que a porcentagem de pessoas que vivem no meio rural pode ser maior, pois o acesso a rede de Internet é mais limitado nessas regiões e a pesquisa foi realizada exclusivamente por intermediação tecnológica.

Ao analisarmos o perfil socioeconômico, especialmente o local de moradia, as condições da residência e a renda, notamos que as famílias participantes da pesquisa, revelam as desigualdades vivenciadas no país e que foram ampliadas no último ano (2021). O primeiro aspecto que pode ser comparado com os dados mencionados é que das 522 famílias participantes, 89,3% têm filhos matriculados em alguma instituição

pública e entre estas famílias, 72,6% vivem com uma renda inferior ou igual a um salário mínimo³. Isso significa que são famílias de classes populares que dependem, de alguma forma, de auxílio do Estado para manutenção das condições básicas de sobrevivência. Os dados indicam que 19,5% das famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família e 17,4% destas receberam também o Auxílio Emergencial pago pelo Governo Federal. Ou seja, 2,1% das famílias que recebem Bolsa Família não receberam o Auxílio Emergencial no ano de 2020.

Importante destacar que o Bolsa Família é um Programa social de transferência de renda que tem a finalidade de beneficiar famílias em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil. Há estudos que apontam as mudanças decorrentes do Programa nas condições das famílias e novos papéis assumidos pelas crianças em municípios do interior dos estados nordestinos, a exemplo da pesquisa de Flavia Pires em Catingueiras, na Paraíba. São mudanças relacionadas com a expansão do consumo por parte das mulheres, principalmente, a expansão do acesso à Educação Infantil e a redução do trabalho infantil (PIRES e JARDIM, 2014).

Já o Auxílio Emergencial foi uma ação implementada no ano de 2020 diante da situação de pandemia com o objetivo de dar suporte aos desempregados, trabalhadores informais e as pessoas com renda familiar inferior a três salários mínimos. Das famílias participantes do estudo, 31,0% receberam apenas o Auxílio Emergencial. Com isto, podemos dizer que a proteção às crianças, sobretudo as mais vulneráveis, enfrenta desafios à efetivação com o fechamento das instituições de Educação Infantil, quando consideramos dois aspectos fundamentais: a transferência de renda para as mulheres/mães/trabalhadoras e o suporte à alimentação e nutrição. A pesquisa evidencia disparidades na transferência de renda, sobretudo com a não cobertura do auxílio emergencial para famílias que estão situadas na linha da pobreza e com a não transferência de recursos da alimentação escolar para as famílias.

Já sabemos que o custo de alimentação por bebê e criança que frequenta a Educação Infantil pública no Brasil encontra-se defasado em relação aos índices inflacionários que projetaram a cesta básica para valores alarmantes. Estamos falando de um custo diário de R \$1,07 centavos por bebê e criança entre 0 e 3 anos e de R \$0,53 centavos por crianças de 4 e 5 anos, de acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE, 2020) do Ministério da Educação. Esse valor é

³ No período da pesquisa (2020) o salário mínimo no Brasil era de R\$1.045,00 reais. Em 2021, R\$1.100,00 reais e em 2022, R\$1.212,00.

repassado aos municípios pelo Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), que precisam fazer complementação para garantir as refeições nas instituições.

No auge da pandemia em 2020, o Governo sancionou Lei (Lei 13.987 de 2020) para garantir que a alimentação das crianças fosse assegurada mesmo com a suspensão das aulas presenciais, de forma que as famílias pudessem receber gêneros alimentícios com recurso do PNAE, preferencialmente aplicados em produtos da agricultura familiar. Apenas 9,7% dos municípios abrangidos pela pesquisa realizaram envio de kits alimentação, conforme explicitaram as próprias Secretarias Municipais de Educação no questionário. Esse envio foi feito em média por 2 meses durante o ano e foi suspenso em novembro e dezembro de 2020 em decorrência do período eleitoral, inclusive o envio semanal de leite nos municípios que o fazia. Além do enfrentamento de dificuldades na complementação do valor recebido do FNDE, a alimentação na Educação Infantil nos municípios esbarra, na prática, com uma política de pessoas e partidos de governo, e não como política de Estado em tempos eleitorais.

Em março de 2021, completamos um ano desde o fechamento das instituições que atendem bebês e crianças e, nesses municípios, somente em fevereiro de 2022 houve o retorno presencial das atividades na Educação Infantil. A curva de contaminação pelo vírus também esteve, recentemente, no mais alto nível desde o início da pandemia, seguindo a linha observada no restante do país. Essa cadeia sanitária e econômica impacta nas famílias trabalhadoras com o fechamento de postos de serviços. Na Bahia, por exemplo, houve fechamento de 4,1 mil pequenas empresas, o que afetou diretamente 98,8% dos pequenos comerciantes, segundo a Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2021).

Vale ressaltar que, nesses municípios dos territórios estudados, os pequenos comércios e o setor de serviços respondem pela maior parte da geração de emprego. Isso explica, por exemplo, a taxa de perda de emprego durante a pandemia (38%) ter sido superior à do levantamento feito pelo Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) no Brasil em 2020 (14%), com o recorte nas famílias com crianças em casa. Soma-se a isto, a ausência de pagamento de auxílio emergencial entre os meses de setembro de 2020 e abril de 2021 e a redução do valor destinado às famílias beneficiárias de R \$600,00 para variações entre R \$150,00 e R \$375,00 reais. Outro problema é a burocracia estatal para se obter o referido auxílio, desde o processo de cadastramento feito por aplicativo da Caixa Econômica Federal, ao depósito do valor em conta virtual que só pode ser utilizado mediante uso do aplicativo do banco. Para famílias que não possuem nenhum acesso à Internet (6,9%), não

possuem ou compartilham o celular com outros (54,3%), como nos territórios abrangidos pelo estudo, o benefício só chega após as longas filas para sacar o recurso, isso em um cenário que apela ao distanciamento social e à mínima exposição em espaços públicos. Sabemos que esse percentual pode ser ainda maior se considerarmos a dificuldade de utilização do aplicativo para saques ou transferências.

A partir da análise desse perfil socioeconômico, constatamos que há uma parcela significativa das famílias que enfrenta dificuldades para garantir o bem-estar dos filhos e filhas nesses tempos de pandemia, principalmente quando observamos que apenas 7,1% das famílias participantes receberam o kit alimentação, disponibilizado pelos municípios com produtos do Programa de Alimentação Escolar. Entre as 522 famílias que responderam ao questionário, 81 têm bebês em casa, o que acarreta despesas com suprimentos alimentares e produtos de higiene pessoal de alto custo, como leite e fraldas.

Para bebês e crianças que tinham na frequência diária a creches e pré-escolas o suporte à alimentação, oferecida quatro vezes ao dia em jornadas de tempo integral, a ausência de proteção do poder público na segurança alimentar representa um risco ao desenvolvimento da primeira infância. Aliás, a preocupação de mais da metade das famílias (53%) com a falta de comida só não superou a preocupação com a perda de emprego. Quando somados os percentuais, temos um agrupamento familiar que diante da perda de emprego e aumento expressivo do valor da cesta básica (R\$461,18 reais de acordo com dados do Dieese, 2021), enfrenta dificuldades para garantir o sustento das crianças. Isso significa ainda uma escolha difícil para famílias que perderam o emprego durante a pandemia e precisam pagar aluguel ou financiamento da casa, como indicam dados da situação dos imóveis nos quais as famílias residem.

Estes dados, infelizmente, acompanham a situação das famílias mais pobres do país, conforme relatório da pesquisa realizada em 2020 pelo Unicef. Entre os impactos primários da pandemia na vida das crianças e adolescentes, esta pesquisa identificou que houve perda de emprego por parte de adultos de 14% das famílias entrevistadas e mais da metade da população (55%) teve decréscimo de renda. Um em cada cinco brasileiros passou por situação de não ter dinheiro para comprar comida e 58% dos que vivem com crianças em casa observaram mudanças nos hábitos alimentares, como o aumento do consumo de alimentos industrializados (Unicef, 2020).

Quando cruzamos essa realidade constatamos que as condições das famílias não são as mesmas no contexto da pandemia. O medo global com um inimigo invisível de que fala Galeano (2013) é contextualizado nos territórios baianos com o medo de perder

as condições básicas de existência. A situação socioeconômica impacta diretamente nos modos de vida e de enfrentamento da pandemia, assim como nas rotinas familiares e nas experiências das crianças com o fechamento dos prédios escolares desde março de 2020. Um ano sem frequência a um importante espaço público das crianças, no sentido do compartilhamento do contexto coletivo com seus serviços de cuidado e educação, e talvez já possamos indicar alguns desafios que a política de infância e Educação Infantil nos dois territórios baianos enfrentam e deverão tomar como agenda pública.

Mas a gente não quer só comida! Preocupações das famílias e necessidades sociais das crianças

A gente precisa esperar o coronavírus ir embora pra gente poder comprar roupa nova e sapato novo, se não, ele pega nós (Menina, 4 anos. Distrito de Guirapá-Pindaí, Bahia - 2020).

Por que não saio mais? Por que não vou para a escolinha? Por que não posso ir na praça para ver os peixinhos e os pombos? Por que não posso ir mais na missa, nas festas? Que bichinhos são esses que estão demorando para sair das ruas! Por que não pega eles que atrapalha a gente de sair e prende em uma gaiola? (Menina, 3 anos, Cidade de Caetitê, Bahia - 2020).

Conforme mencionamos, o foco deste artigo são as repercussões da pandemia e do distanciamento social na vida das famílias e nas experiências das crianças. A primeira fase da pesquisa começou pelas narrativas de 61 crianças entre 2 e 6 anos de idade, como perguntas, relatos e fotografias compartilhadas pelas famílias com a equipe de pesquisa e professoras (es) colaboradoras (es). Em conversa com a família, a menina de 4 anos, que reside em uma comunidade rural de um dos municípios do Território Sertão Produtivo, revela seu desejo de comprar roupas e sapatos novos. Infelizmente, as maiores preocupações dos familiares que participaram do estudo não podem ser compartilhadas no âmbito dos desejos, como dessa filha representada na fala. As maiores angústias estão associadas à sobrevivência: perder o emprego, faltar comida e adoecer.

A figura 1 organiza uma abordagem contrastiva dos modos de enfrentamento da pandemia que as famílias, as Secretarias Municipais de Educação e as crianças explicitam nas suas diferentes formas de participação na pesquisa. A ideia é evidenciar contrastes de perspectivas e um desencontro entre as necessidades sociais das crianças e famílias e as ações no campo da Educação Infantil nos municípios. Os dados representados graficamente possibilitam construir o argumento de que a função social da Educação Infantil de assegurar o desenvolvimento integral na primeira infância e compartilhar cuidados dos bebês e crianças com as famílias, definida legalmente nas

últimas décadas (BRASIL, 2010), encontra obstáculos à sua efetivação no contexto atual, no qual não se compartilha espaços, tempos, materiais, relações e transições em formato presencial. Nesta parte do texto esperamos ratificar a noção de que a pandemia representa uma crise do cuidado das crianças, mesmo em cidades pequenas do interior dos Estados, e esta crise, é um risco ao desenvolvimento cultural humano frente às políticas fragmentadas entre as áreas da educação, assistência social, cultural, jurídica e de saúde. É um risco para o campo dos direitos das crianças e das mulheres, no que diz respeito às conquistas de lutas históricas pela inserção nos espaços públicos, pela ampliação das redes de interações e cuidados, bem como pela independência financeira feminina.

Figura 1 - Diferentes perspectivas para o enfrentamento da pandemia



Fonte: Pesquisa do Observatório da Infância e Educação Infantil da UNEB, 2020.

Na coluna da esquerda, por exemplo, é possível ler que as famílias não mencionam preocupação em realizar atividades enviadas pelas instituições de Educação Infantil, que representa o foco maior dado pelas Secretarias de Educação, conforme coluna do meio, no sentido de fazer operacionalizar o trabalho docente de seus professores e professoras. Esse trabalho, na maioria dos municípios (64%), consistiu na criação de grupos em aplicativos de trocas de conversas e mensagens com envio de sugestões de atividades, brincadeira, experiências, vídeos e áudios com contação de histórias. Alguns desses municípios enviaram também estas sugestões impressas (44,8%) junto ao material didático (4,1%) para uso nas atividades, sendo que as instituições privadas (13,1%) centralizaram o trabalho no uso do livro didático, módulo

ou apostilamento. Tais iniciativas que visam a manutenção da carga horária de trabalho dos (as) profissionais marcam uma ideia de que a Educação Infantil é um serviço que pode ser oferecido por meio de transferência de responsabilidade para as famílias em espaços domésticos e foram problematizadas logo no início da pandemia por diversas entidades (ANPED, 2020) e pesquisadoras da área (COUTINHO; CÔCO, 2020).

Quando observamos que as famílias centralizam a preocupação na manutenção do emprego, com a segurança alimentar e saúde, em um cenário desolador de aumento das desigualdades sociais, e contrastamos com as ações no campo da política de educação e cuidados com as crianças, se desenha a urgência de uma política integrada com outras áreas, sobretudo a saúde e assistência social. Outras pesquisadoras (ROSEMBERG, 2006; CRUZ; MARTINS; CRUZ, 2021) já chamaram a atenção para o fato de que a disparidade nas condições de vida das crianças pequenas brasileiras resulta, em grande medida, do menor acesso aos benefícios das políticas públicas, do descompasso nos regimes de colaboração entre os entes federados e da desintegração entre as ações nos campos da saúde, educação e assistência social. No contexto da pesquisa, observamos que, entre as mudanças mencionadas pelas famílias no decorrer do ano de 2020, está a redução do acesso à alimentação com qualidade nutricional (para 43% das famílias) em um cenário de ausência de políticas públicas de garantia de alimentação aos bebês e crianças. O número de famílias que não fazem todas as refeições por dia (10%), somado aos que só realizam com baixa frequência (33%), é indicativo de indisponibilidade e instabilidade que caracterizam a insegurança alimentar.

A insegurança alimentar e nutricional na Bahia durante a pandemia é constatação de outros estudos (RIBEIRO-SILVA; PEREIRA; CAMPELLO; ARAGÃO; GUIMARÃES, FERREIRA, BARRETO; SANTOS, 2020) que apontam não apenas o acirramento da fome, mas dos riscos na compra e preparação de alimentos em função da proliferação do coronavírus e o desabastecimento em muitos lugares, em decorrência do fechamento de pequenos comércios. No estudo realizado pelo Observatório da Infância e Educação Infantil (2020 e 2021), podemos dizer que a redução do poder de compra das famílias dos dois territórios baianos acontece na escalada do desmonte das políticas consideradas estruturantes no combate à fome no país, desde 2016. O congelamento de gastos públicos, incluindo investimentos em Programas como Bolsa Família e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar é uma ameaça real ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos brasileiros e brasileiras, e de forma ainda mais agressiva, dos bebês e crianças. Temos no Brasil, hoje, um governo

que chegou ao poder a partir da crítica e promessa de desmonte de programas sociais de combate à fome.

Podemos afirmar que a insegurança alimentar e nutricional das crianças avança com o prolongamento do fechamento das instituições de Educação Infantil durante todo o ano de 2021 nos dois territórios. A pandemia tornou pública e notória a centralidade da Educação Infantil na vida das crianças, sobretudo as de classes populares, mas tornou também necessária maior intersetorialidade no acesso às crianças e suas famílias, na proteção e seguridade social e na construção de uma política para a primeira infância capaz de assegurar o desenvolvimento integral. Campos e colaboradoras (1992) destacam que a instituição de Educação Infantil desempenha funções abrangentes para cumprir sua função social de garantia de desenvolvimento integral e, portanto, não pode atender a todas as demandas sociais, o que implica na necessidade de políticas públicas integradas das diferentes áreas. A questão que colocamos é se é possível garantir desenvolvimento integral na primeira infância, uma das funções sociopolíticas e pedagógicas da Educação Infantil, apenas com sugestões de atividades para serem realizadas em casa com o suporte das famílias nas condições que a pesquisa indica. Os atos de cuidado com bebês e crianças, como fundamento de uma ética da alteridade e das relações sociais (SILVA, 2017), conseguem se materializar nas práticas educativas no formato não presencial? O que significa cuidar na Educação Infantil durante a pandemia?

A necessidade social dos bebês e crianças de serem cuidadas e protegidas, sobretudo em tempos como esses de riscos à saúde e à vida, repercute significativamente a reconfiguração das rotinas familiares. Os dados indicam, por exemplo, que 43,3% dos adultos continuaram saindo para trabalhar, 22% passaram a realizar o trabalho em casa e 10,5% das famílias precisaram deslocar as crianças para casas de outras pessoas da própria família. Esses dados representam entraves à conciliação do tempo de dedicação às crianças e atendimento à uma proposta de cuidado e educação que precisou ocupar lugar maior nos lares brasileiros. A continuidade do estudo poderá aprofundar, por exemplo, quais adultos da família continuaram saindo para trabalhar, quais perderam o emprego e quais outros membros da família passaram a cuidar das crianças. Pelas entrevistas realizadas com as mães e nas narrativas das crianças, percebemos que é a figura da mãe que aparece atrelada às experiências em casa, incluindo a realização das atividades sugeridas pelas escolas.

Estou com saudades de tio Zé (o porteiro da escola), minhas professoras e meus colegas. Fico triste assim porque eu não posso ver quem eu quero.

Eu desejo que uma vacina chegue logo. Eu amo recortar figurinhas com minha mãe (Menina, 6 anos, Guanambi, Bahia - 2020).

A alegria de ficar mais tempo com a mãe em casa e realizar coisas legais que as crianças demonstram nas narrativas contradiz o desejo de voltar logo para a escola, sair de casa, de ver e brincar com os amigos. O tempo de ficar em casa é bom para brincar com a mãe, mas é um *tédio* porque demora muito e não se tem amigos para brincar. Apesar dos sentimentos contraditórios em relação às mudanças nas rotinas provocadas pelo fechamento das instituições, as crianças mencionam a mãe em 84% das narrativas que analisamos.

Se considerarmos que as mulheres ainda enfrentam condições desiguais na divisão social do trabalho, ocupando-se muito mais que os homens dos trabalhos domésticos e do cuidado com os filhos e filhas, temos uma jornada de trabalho que atravessa diferentes espaços e tempos. Isso também explica a maior dificuldade indicada pelas mães nas entrevistas, no acompanhamento/realização das atividades sugeridas pelas instituições de Educação Infantil e na conciliação das funções de cuidar dos filhos e da casa.

A tarefa é bem complicada né, mas a gente acostuma. É, a tarefa de você cuidar de um filho e cuidar da casa é bem difícil, mas a gente todo dia tem aquela luta de cuidar das crianças. Eu acho muito bom ter um filho na creche [...] (Mãe de criança, Comunidade Quilombola de Riacho de Santana, Bahia, 2020).

Não consigo acompanhar as atividades todos os dias por conta dos afazeres da casa e do trabalho, pois demanda tempo e paciência (Mãe de criança, cidade de Caetité, Bahia, 2020).

As mães fazem outra divisão social do trabalho com as crianças, como podemos observar nos relatos acima: a divisão entre tarefas enviadas pelas instituições e cuidados com os filhos. Então, temos, de um lado, uma permanência da cisão histórica entre cuidar e educar/instruir; entre práticas de cuidado e práticas “escolares”, maternagem e educação. Cisões que ainda coexistem nas representações sociais (SILVA, 2008; SILVA, 2017), na divisão do trabalho docente em muitos municípios e escolas, apesar da afirmação de uma identidade nos documentos da área e nas pedagogias da infância.

E, de outro lado, temos uma nova divisão no âmbito do cuidado realizado por mulheres em casa: o cuidado compreendido estritamente como práticas de higienização, alimentação, saúde e proteção, e o cuidado que inferimos sustentar o tempo dedicado às experiências e atividades escolares em casa. Isso nos leva a pensar que o cuidado com bebês e crianças configura uma atividade humana realizada em

condições históricas e materiais de existência e não escapa das contradições sociais entre garantir a vida, o bem-estar e o investimento na escolarização dos filhos e filhas de classes populares. Logo, não nos parece possível isolar a atividade de cuidar das crianças das condições sociais nas quais estão inseridas, principalmente as condições da mulher, mãe, trabalhadora.

Mesmo reconhecendo as especificidades da área da Educação Infantil, não podemos ignorar que as condições das famílias impactam no desenvolvimento das atividades enviadas e sugeridas pelas instituições. Para as famílias participantes do estudo, a compra de materiais de apoio à realização das atividades parece irreal quando contrastamos que o apoio do poder público à aquisição de materiais escolares e alimentação não corresponde à situação e necessidades. Isso se agrava quando identificamos que as atividades são enviadas na maioria dos municípios, exclusivamente pela Internet, via aplicativos de troca de mensagens. Apenas 45% das famílias disseram ter acesso ao celular sempre, durante qualquer hora do dia, e pouco mais da metade tem Internet própria. O percentual de 6,9 % que não tem nenhum acesso à Internet soma-se ao grupo dos 27,6% que compartilham ou fazem uso emprestado da Rede móvel. Se considerarmos o percentual que não têm acesso a celular (3,3%) ou utilizam o aparelho compartilhado, além das famílias que moram no campo ou enfrentam baixa conectividade, mesmo na cidade, o envio de vídeos e formas de interação síncrona não chegam a todas, como podemos ler no relato seguinte:

Eu moro na roça e uso o celular da minha mãe para receber as atividades, pois estou sem celular. Nem sempre está disponível para mim [...] e o sinal aqui não é bom para abrir vídeos (Mãe de criança, comunidade rural, Caetitê, Bahia - 2020).

Dessa maneira, podemos dizer que quase metade das famílias não consegue acesso às atividades, sem contar as outras dificuldades decorrentes da formação para uso das tecnologias digitais. Além do acesso, já dissemos que a realização esbarra nos tempos das mulheres em casa e na questão dos materiais que não foram disponibilizados pelas escolas.

Outro ponto importante é o enfrentamento que as Secretarias de Educação junto às instituições de Educação Infantil, professoras e professores, tiveram que fazer para conciliar novas e “velhas” demandas, como a elaboração dos currículos da Educação Infantil que iniciou desde a aprovação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2017). O tempo de elaboração do texto base nos municípios e o de formação docente superou, por exemplo, o tempo de elaboração de proposições para o trabalho

não presencial durante a pandemia, de planejamento e formação para esse formato inteiramente excepcional que se apresentava. 40,3 % dos municípios disseram não ter realizado formação para o trabalho não presencial, algo observado também pelos docentes. Os Conselhos Municipais de Educação atestam que 57% das demandas de orientação sobre a reformulação dos currículos aconteceram em concomitância com a preocupação com o trabalho remoto com crianças por parte de 63% dos municípios.

Apesar dos esforços para fazer funcionar uma “*escola*” ao avesso da que era construída com base nas interações e brincadeira em contextos coletivos, as ações no campo da política de Educação Infantil não conseguem atender às necessidades sociais das crianças e das famílias. Quando analisamos essas necessidades como desejos e perspectivas, podemos dizer que as famílias centralizam esforços para garantir a subsistência, se preocupam com quem deixarão os filhos e filhas para conciliarem ou retomarem o trabalho, e anseiam com o retorno das atividades presenciais de forma segura, ou seja, com vacina. Preocupar com o cuidado dos filhos e com o retorno, nesse caso, se fundem e se complementam.

Enquanto isso, as crianças evidenciam o desejo de brincar com os amigos, voltar à escola, sair de casa e de descoberta da vacina, que em 2020, ainda não era realidade. Portanto, são necessidades e desejos que apelam para uma política nacional de imunização rápida das crianças capaz de promover uma retomada das aulas presenciais mais segura. Sem isso, outras alternativas de funcionamento da Educação Infantil como um serviço enviado às famílias das classes populares, sem articulação com uma política de transferência de renda, geração de empregos, incentivo a pequenos agricultores e comerciantes, política de desenvolvimento da mulher e de inclusão social e tecnológica, soam alheias às realidades de nossos territórios. Soam como políticas de infância que não dialogam com as condições das infâncias que construímos com as crianças. Crianças que desejam muito mais que tarefas; que desejam liberdade de experimentar os espaços culturais das cidades, como parques, praças, lojas e festas de aniversário, conforme lemos nas narrativas de indignação, saudades, ausências e futuros que elas nos apresentam na introdução a esta seção.

As rotinas familiares e natureza das atividades realizadas com as crianças em casa

Eu fico triste. Eu quero que minhas aulas comecem, volta. Eu brinco de escolinha com minha irmã (Menina, 5 anos. Cidade de Brumado, Bahia - 2020).

Estou com tanta saudade da minha escola, das minhas amigas, da minha professora. Acho que só vai ter escola depois que acabar os vírus. Depois que todo mundo tiver vacina (Menina, 6 anos. Comunidade Quilombola, Bom Jesus da Lapa, Bahia – 2020).

A falta que a instituição de Educação Infantil faz na vida das crianças é o tema que circunscreve as narrativas que analisamos e aparece justificada em função da ausência dos amigos, professores/as e lugares de brincar. Além da saudade, da tristeza e do desejo de vacina e retorno presencial, destacados pelas duas meninas, as crianças demonstram compreender a causa do fechamento das creches e pré-escolas e das possibilidades de contágio pelo vírus, algo que 81% das famílias mencionaram como mudança nos diálogos com as crianças. Ou seja, para elas, o aparecimento do novo vírus, as estratégias de proteção e as consequências da pandemia nas mudanças nas rotinas dos filhos e filhas, passou a ser tema das conversas sobre os acontecimentos sociais que afetam suas vidas. Esses temas têm relação com a justificativa para o fato de ficarem mais tempo em casa, deixarem de brincar em espaços públicos e, em alguns casos, de visitarem familiares ou de realizarem comemorações de aniversário.

A pesquisa apontou que estas mudanças nas rotinas familiares repercutiram nos estados de ânimo e comportamentos das crianças. Todos os participantes afirmaram que as crianças demonstraram maior agitação após o fechamento das creches e pré-escolas, por exemplo. Houve também o aumento dos conflitos familiares em aproximadamente 43,4% das famílias, em um cenário no qual os participantes sinalizam a ampliação do tempo para estarem juntos em casa, como os encontros nos momentos das refeições para 73,8% e a realização de brincadeiras e outras atividades com as crianças para 75,5%. Essa situação pode ser observada na contação ou leitura de histórias, realizada diariamente por pouco mais da metade das famílias, enquanto que para 39,2% acontece às vezes e 8% não contam histórias para as crianças. Essa frequência pode estar relacionada à escolaridade das famílias, o acesso a fontes literárias e narrativas, além do acúmulo de atividades, especialmente das mulheres, como já discutimos.

É nessa nova rotina de trabalho e “escola” em casa que 36,6% das famílias e crianças afirmam não ter interesse em realizar as atividades enviadas pela escola. Ao mesmo tempo, 68% sugerem que as atividades sejam enviadas também de forma impressa, como sugestões de experiências, leituras e brincadeiras. Isso levanta a discussão sobre a natureza e tipo de atividade que as famílias consideram importante para as crianças em um contexto de ameaça às práticas de cuidado no âmbito doméstico. O fato de as famílias apontarem para a ampliação das experiências estéticas

e literárias das crianças estabelece um diálogo com a área da Educação Infantil (BRASIL, 2010; 2017) e, com isto, indica um caminho para pensar a ideia de brincar e ler juntos como atos de cuidado frente à uma crise do cuidado institucional compartilhado.

O quadro de atividades realizadas pelas crianças (Figura 2), organizado a partir do questionário e das entrevistas com as famílias, assim como as narrativas das crianças, mostra um atravessamento nas atividades das crianças entre casa e creches e pré-escolas. Os temas da brincadeira, por exemplo, incluem brincadeira de cuidar do bichinho doente, de levar a boneca com máscara ao médico, brincar de escolinha com os irmãos, brincadeiras tradicionais que as mães destacam que as crianças aprenderam na convivência coletiva nos espaços de creches e pré-escolas, como a brincadeira de roda.

Figura 2: Quadro de atividades realizadas pelas crianças durante a pandemia (2020 e 2021)

Brincadeiras	Atividades com uso das tecnologias	Atividades ao ar livre	Jogos	Atividades escolares	Outras atividades
<ul style="list-style-type: none"> • Escola • Casa • Profissões da saúde • Práticas de cuidado • Brincadeiras tradicionais (roda) 	<ul style="list-style-type: none"> • Filmes e desenhos na TV • Filmes e desenhos no tablet • Vídeos no celular • Jogos no celular ou tablet 	<ul style="list-style-type: none"> • Bola • Bicicleta • Brincadeiras no quintal • Cuidar das plantas • Brincadeira de roda 	<ul style="list-style-type: none"> • Jogos de mesa (xadrez) • Jogo de futebol • Jogos de aplicativo 	<ul style="list-style-type: none"> • Assistir vídeos • Recortar • Pintar • Desenhar • Fazer massinha • Ouvir histórias • Ler juntos 	<ul style="list-style-type: none"> • Falar com amigos e familiares ao celular • Fazer leitura fora das sugestões escolares • Visitar familiares • Ir para a roça • Participar das atividades domésticas

Fonte: Pesquisa do Observatório da Infância e Educação Infantil da UNEB, 2020 e 2021.

Ao observarmos esse quadro, notamos uma diversidade de formas de inventar e criar a *escola do mundo ao avesso*. São atividades desde a brincadeira ao ar livre, jogos, uso das tecnologias digitais, à interação com outras crianças por meio do celular. A frequência no uso das telas e das mídias digitais é um dado que chama atenção, pois 63,2% das crianças assistem filmes ou séries diariamente e, ao mesmo tempo, há uma baixa frequência de atividades ao ar livre, uma vez que 28,7% disseram praticar algum tipo de esporte, dança ou exercício físico diariamente.

Concluimos que as experiências das crianças construídas por meio destas atividades se dão nas configurações das rotinas e práticas de cuidado com o fechamento das instituições de Educação Infantil. O uso da TV diariamente, mencionado por mais de metade das famílias, em relação ao tempo de realização de leituras com as crianças por apenas 13% é um contraste importante em relação ao nível de participação dos adultos nas atividades. Ou seja, as crianças durante a pandemia tendem a realizar mais atividades que não exigem o apoio e monitoramento dos adultos. Por outro lado, se

considerarmos que o percentual que realiza contação ou leitura de histórias não sugeridas pelas professoras e professores é muito baixo, logo, o envio de vídeos com esta leitura ou contação feito por esses (as) profissionais constitui a única fonte de narrativa literária para pelo menos 10% das crianças.

Outra evidência das mudanças nos padrões de atividades pode ser observada no número de crianças que falam com familiares ao celular em contraposição ao número de 32% que passou a não realizar nenhum tipo de visita a casas de pessoas da família durante a pandemia. Mesmo as que continuaram a fazer visitas, argumentamos que elas podem ter relação com a necessidade de ter um lugar para ficar enquanto as mães saem para trabalhar.

A centralidade da casa como espaço de socialização e brincadeira para 52% das crianças participantes do estudo, de certo modo, explicam a prevalência de temas relativos aos cuidados com pessoas da família, bichos e plantas na brincadeira e também a participação nas atividades domésticas. As fotografias enviadas pelas crianças do seu lugar de brincar em casa revelam usos imaginários dos quintais, quartos, camas, cozinhas. Embaixo das árvores ou em cabanas criadas com lençóis, as crianças transformam a casa em lugar para sair dela, como os espaços públicos que frequentavam, praças, parques, piscinas, roças e cidades inteiras.

Enfim, as narrativas atestam o centramento da vida doméstica nas formas de compreensão dos acontecimentos pelas crianças, nas experiências sociais e nos *atos de criação* pela brincadeira, conforme conceito defendido por Silva (2021). Esse centramento da vida familiar e doméstica representa restrições ao universo simbólico que oferecemos às crianças. Com exceção do universo ficcional dos programas de televisão, as experiências literárias e outras fontes do imaginário popular e coletivo ficam quase exclusivamente sob o encargo sugestivo de professoras e professores, mesmo durante a pandemia. Nessa perspectiva, a situação atual poderá restituir o sentido de uma Pedagogia das experiências humanas (TEIXEIRA; SILVA; PEREIRA; AMORIM; AMORIM; PRADO; RIBEIRO; CASTRO, 2020), como proposição para a Educação Infantil durante e após a pandemia.

Um convite ao voo: caminhos para a construção de projetos de Educação Infantil pós pandemia

Aqui ela [a filha] brinca de roda. Então a gente tem que incentivar as crianças pra elas não ficar muito triste. Mas todo dia é as mesmas brincadeiras que ela fazia na creche, ela faz aqui em casa, ela brinca com os meninos de roda (Mãe de criança, Comunidade quilombola, Riacho de Santana, Bahia - 2020).

No momento de escrita deste texto, o Ministro da Educação junto a outros líderes do governo que representam os direitos das mulheres e da família, participavam da audiência na Câmara Federal que discutia a regulamentação do ensino domiciliar no Brasil (10 de junho de 2021). Entre as defesas apresentadas na audiência, a socialização das crianças como algo que deve acontecer em espaços como a igreja, foi a contranarrativa à defesa da desescolarização e do direito de escolha das famílias quanto ao “gênero da educação” dos filhos. O argumento pela legalidade do *homeschooling*, como é popularmente conhecido, é o da necessidade de “beneficiar e garantir direitos das minorias” e “evitar violência doméstica”. Esse discurso ganhou espaço nas agendas políticas exatamente no cenário em que as instituições de Educação Infantil encontram obstáculos para compartilhar cuidados e educação das crianças com as famílias e, contraditoriamente, em que os indicadores sociais de violência doméstica aumentaram em 40% em relação ao ano anterior à pandemia, de acordo com o Fórum Brasileiro de Saúde Pública (2020). Uma agenda que se fortaleceu no governo atual como plataforma para garantir a prevalência dos valores familiares, ideológicos e religiosos na educação das crianças, a despeito do uso distorcido da ideia de minoria como quantidade que observamos na propagação do direito de ensinar as crianças em casa.

Ainda em 2021, o MEC endossa uma narrativa pró livro didático da Educação Infantil, exercendo poder de convencimento sobre as secretarias de educação. Na contramão da defesa das entidades de luta pelos direitos dos bebês e das crianças, como os fóruns de Educação Infantil do país e grupos de pesquisa ligados às universidades, o discurso da modularização e padronização das atividades realizadas com as crianças ignora os princípios fundamentais da área conquistados nas últimas décadas. Em nome da eficácia na aplicação de recursos e da privatização de serviços nas políticas para a primeira infância, tais discursos colocam em risco uma política de cuidado e educação que respeita os direitos de explorar, brincar, conviver, expressar-se, participar que constituem modos de ser e estar no mundo; constituem experiências singulares de inserção em um grupo social com base nas interações e brincadeira. Enfim, que constituem uma ética do cuidado fundada na atenção com esses Outros sociais.

A situação social das famílias dos territórios Sertão Produtivo e Velho Chico, na Bahia, soma-se à situação de grande maioria das famílias brasileiras no que diz respeito à uma dependência maior da participação do Estado na estruturação da vida coletiva e

na seguridade das crianças. O perfil socioeconômico no contexto de recessão dos programas de apoio às famílias e a ausência de ações intersetoriais nos municípios com o fechamento dos prédios escolares, agrava a crise do cuidado com bebês e crianças. A divisão social dos cuidados com filhos e filhas em casa, que inclui demandas por práticas de leitura, experiências, brincadeira e outras atividades, expõe as desigualdades de condições de cuidado e educação com os próprios recursos. Nesse texto, defendemos que o cuidado é uma ética da alteridade e, não estritamente, um serviço oferecido ou mesmo práticas que separam corpo-mente, o fazer-pensar-sentir humanos. Pensar o cuidado enquanto ética possibilita argumentar que há uma crise do cuidado com bebês, crianças e suas famílias desde a propagação da pandemia em 2020. Os valores que têm orientado as relações, as proposições e as ações no cuidado e educação com a população de zero a seis anos em nosso país destoam de princípios fundamentais que asseguram nossa humanidade: a sobrevivência digna, a atenção integral, a reciprocidade, o encontro dialógico.

O recolhimento das crianças em casa, após décadas de lutas de movimentos feministas pela Educação Infantil, é um paradoxo desses tempos em que ficar em casa não assegura a disponibilidade de alimentos necessários ao equilíbrio nutricional e de fontes materiais e simbólicas para o desenvolvimento integral de bebês e crianças. Não restam dúvidas de que a socialização em outros espaços coletivos e o compartilhamento de experiências com outras crianças e adultos fora do ambiente doméstico é um direito de participação na vida pública; um espaço/tempo para se fazer coisas juntos e de apropriação da diversidade de saberes contra o risco de uma visão única.

Além de proteger contra a superexposição das crianças aos noticiários de morte e banalização da vida diante das grandes telas, conforme discutimos ao longo do texto, os espaços públicos da Educação Infantil são guardiões das *culturas da infância* de que fala Sarmiento (2004), como as produzidas pelas crianças e para as crianças. Culturas que resistem entre pares de idade, como a brincadeira de roda evocada pela mãe de uma criança. Culturas que historicamente serviram à função de aliviar, compreender e enfrentar a tristeza, mas, principalmente, de documentar como os adultos e o Estado se colocam em relação às crianças em cenários de crise humanitária. Culturas que representam voos em tempos de *muramento dos medos e algoritmização da vida* aos quais remetem Couto (2013) e Ruiz (2021); que assentam os princípios ético, político e estético em direção a uma educação que humaniza, acolhe as necessidades, vivências e experiências dos bebês e crianças como constituintes do currículo; enfim, de uma instituição pública que cuida e zela pela criação humana. Em um cenário em que cuidar

das crianças é um desafio para as famílias, *o elogio à imaginação*, de fato, pode ser um caminho para a construção de uma *contraescola* capaz de cuidar, mesmo que de forma remota; capaz de promover a produção cultural contra toda forma de barbárie e descuido. A pandemia, nesse sentido, evidencia que o cuidado é fundamento das práticas sociais, como a de Educação Infantil. Cuidar como ética, como a produção de valores humanitários e de justiça educacional, sobretudo para as classes populares.

O contexto atual desvela a importância de reconhecermos os contraditórios de uma Educação Infantil que funcionou temporariamente em casa, para afirmarmos a luta pela educação pública, gratuita, laica e com qualidade como forma de justiça, direito e possibilidades de desenvolvimento para os bebês e crianças deste país. Revela também a importância de reafirmarmos a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica com identidade própria e, ao mesmo tempo, de reconhecermos a existência de uma crise do cuidado instalada quando não há intersetorialidade nas políticas para os bebês e as crianças como esforço conjunto com fins de garantia do desenvolvimento integral; quando há redução de vagas oferecidas para atendimento integral, sobretudo para bebês e crianças de 0 a 3 anos em todo o país. Enfim, de reconhecermos as contradições de promover a Educação Infantil em contextos de privação de acesso à bens básicos, para afirmar a relevância das experiências estéticas na constituição das subjetividades e pertencimento desde os bebês.

REFERÊNCIAS

ANPED. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO. **Educação a distância na educação infantil, não!** Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/manifesto-anped-educacao-distancia-na-educacao-infantil-nao> Acesso em: 20 de mai. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. 20 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia; FERREIRA, Isabel Morsoletto. **Creches e Pré-escolas no Brasil**. São Paulo, Cortez, 1992.

COUTINHO, Angela Scalabrin; CÔCO, Valdete. **Educação a distância na Educação Infantil, não!** Educação e cuidado com as crianças, suas famílias e profissionais docentes, sim! Disponível em:

<https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/educacao.pdf> Acesso em: 20 de mai. de 2022.

COUTO, Mia. Murar o medo. **Revista Brasileira de Psicanálise**, volume 47, n. 1, 29-31, 2013.

CRUZ, Silvia; MARTINS, Cristiane; CRUZ, Rozimeire. A Educação Infantil e demandas postas pela pandemia: intersectorialidade, identidade e condições para o retorno às atividades presenciais. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 147-174, jan./jan., 2021.

DIESSE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Sistema de consulta dos resultados da pesquisa da Cesta Básica Nacional**, 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SAÚDE PÚBLICA. Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19-Ed.2. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública** [Internet]. São Paulo: FBPS, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar**: a escola do mundo ao avesso. Porto Alegre: L & PM, 2013.

GOMES, Nilma Lino. Raça e Educação Infantil: à procura de justiça. **Revista e-Curriculum** [online]. São Paulo, v.17, n.3, 1015-1044, 2019.

HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor e outras perspectivas**. Tradução: Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2020.

MACEDO, Elina Elias de. Desigualdade e Pandemia nas vidas das brasileiras e dos brasileiros. **Zero-a-Seis**. Florianópolis, v. 22, n. Especial, 2020.

PIRES, Flavia. JARDIM, George. Geração Bolsa Família Escolarização, trabalho infantil e consumo na casa sertaneja (Catingueira/PB). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 29 Nº 85, 2014.

RIBEIRO-SILVA, Rita de Cássia. PEREIRA, Marcos. CAMPELLO, Tereza. ARAGÃO, Érica. GUIMARÃES, Jany Mare. FERREIRA, Andréa. BARRETO, Maurício. SANTOS, Sandra Maria. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência e Saúde coletiva** [online], v. 25, n. 9, 3421-3430, 2020.

ROSEMBERG, Fulvia. Educação Infantil, raça, classe e gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 96, São Paulo, 1996.

RUIZ, Castor. Algoritmização da vida: a nova governamentalização das condutas. **Caderno IHU Ideias**, ano 19, nº 314, v. 19. São Leopoldo, RS: Instituto Humanitas UNISINO, 2021.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz.

Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto, Portugal: Edições ASA, 2004.

SILVA, Isabel de Oliveira. **Profissionais de creche no coração da cidade:** a luta pelo reconhecimento profissional em Belo Horizonte. 297f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

SILVA, Elenice de Brito Teixeira. Do sentido filosófico à significação pedagógica do cuidado. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 12, n. 25, 469-485, 2017.

SILVA, Elenice de Brito Teixeira. **Atos de criação:** as origens culturais da brincadeira dos bebês. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

TEIXEIRA, Adriana Moreira Pimentel. SILVA, Elenice de Brito Teixeira. PEREIRA, Eugênia da Silva. AMORIM, Gisele. PRADO, Jany Rodrigues. AMORIM, Juliane dos Santos. RIBEIRO, Larissa Monique. CASTRO, Susane Martins. **Infâncias e Educação Infantil durante a Pandemia:** Diálogos de pesquisa. Caetité-BA: ObEI, UNEB, 2021.

TEIXEIRA, Adriana Moreira Pimentel. SILVA, Elenice de Brito Teixeira. PEREIRA, Eugênia da Silva. AMORIM, Gisele. PRADO, Jany Rodrigues. AMORIM, Juliane dos Santos. RIBEIRO, Larissa Monique. CASTRO, Susane Martins. **Proposições para a educação infantil durante (e após) a pandemia:** por uma proposta pedagógica que respeite os direitos dos bebês e crianças. Caetité-BA: ObEI, UNEB, 2020.

UNICEF. Ibope Inteligência. **Impactos primários e secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes.** Brasil, 2020.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

CRISE DO CUIDADO: REPERCUSSÕES DA PANDEMIA NA SITUAÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS E NAS EXPERIÊNCIAS DE BEBÊS E CRIANÇAS NA BAHIA - BRASIL

Care Crisis: pandemic repercussions on the social situation of families and babies and children experiences in Bahia – Brazil

Elenice de Brito Teixeira Silva

Doutorado em Educação
Departamento de Educação Campus XII
Universidade do Estado da Bahia
Bahia, Brasil

elenteixeira@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0001-8145-6664>

Eugênia da Silva Pereira

Mestrado em Educação do Campo
Departamento de Educação Campus XII
Universidade do Estado da Bahia
Bahia, Brasil

eniagbi@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8867-9481>

Larissa Monique de Souza Almeida Ribeiro

Mestrado em Educação
Departamento de Ciências Humanas e Letras Campus Jequié

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR

Rua Vereador Lino Teixeira, 54, Paraíso, 46430-000, Guanambi, BA, Brasil.

AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem às demais professoras, bolsistas de iniciação científica e profissionais da Educação Infantil integrantes do Observatório da Infância e Educação Infantil da UNEB, pelas interlocuções durante a realização da pesquisa.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: E. B. T. Silva, E. S. Pereira, L. M. S. A. Ribeiro

Coleta de dados: E. B. T. Silva, E. S. Pereira, L. M. S. A. Ribeiro

Análise de dados: E. B. T. Silva, E. S. Pereira, L. M. S. A. Ribeiro

Discussão dos resultados: E. B. T. Silva, E. S. Pereira, L. M. S. A. Ribeiro

Revisão e aprovação: E. B. T. Silva, E. S. Pereira, L. M. S. A. Ribeiro

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no artigo e na seção "Materiais suplementares".

FINANCIAMENTO

As autoras agradecem à Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação – Campus XII pela cessão de espaços e equipamentos; E à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB pela concessão de bolsas de iniciação científica no âmbito da pesquisa.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado da Bahia em julho de 2020 sob o número 4.262.092, conforme documento anexo no material suplementar.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão.

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista

Recebido em: 24-02-2022 – Aprovado em: 29-05-2022